

# AS VOZES FEMININAS NA HISTÓRIA: SUBALTERNIDADES E REPRESENTATIVIDADES DAS MULHERES NA LITERATURA

## FEMALE VOICES IN HISTORY: SUBALTERNITIES AND REPRESENTATIVES OF WOMEN IN LITERATURE

Leoniza Saraiva Santana **1**  
Maria Isabel Alonso Alves **2**

**Resumo:** Este artigo intenciona mostrar o processo histórico no qual foram se constituindo as subalternidades e representatividades das mulheres na literatura. Trata-se de um recorte de uma pesquisa desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ciências e Humanidades – PPGECH da Universidade Federal do Amazonas. Na construção desta abordagem destacamos a utilização de estudos bibliográficos que mostram a história nacional brasileira, especificamente aquela que mostra a presença das vozes femininas na literatura. Apresentamos os dados bibliográficos articulados a autores que discorrem sobre o processo histórico no qual a literatura de autoria feminina é o foco de análise. A mulher conquistou o espaço na literatura por meio de lutas, principalmente a partir do movimento feminista que incentivou processos de resistências às subalternidades impostas socialmente às mulheres e motivou, inclusive, suas representatividades na literatura.

**Palavras-chave:** Literatura de Autoria Feminina. História da Literatura. Movimento Feminista. Representatividade. Subalternidade.

**Abstract:** This article intends to show the historical process in which the subalternities and representativeness of women in the literature have been constituted. In the construction of this approach, we highlight the use of bibliographic studies that represent the possibility of verifying the Brazilian national history that tells about the presence of female voices in the literature. We present the bibliographic data articulated to authors who discuss the historical process in which the literature of female authorship is the focus of analysis. Women conquered space in literature through struggles, mainly from the feminist movement that encouraged processes of resistance to the subalternities socially imposed on women and even motivated their representativeness in literature.

**Keywords:** Literature by Female Authors. History of Literature. Feminist Movement. Representativeness; Subalternity

---

Mestra em Ensino de Ciências e Humanidades pela Universidade Federal do Amazonas. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4190065232340317>.  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6619-6219>.  
E-mail: Leoniza.saraiva21@gmail.com **1**

Doutora em Educação pela Universidade Federal do Amazonas. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1157608326062043>.  
ORCID: <https://orcid.org/000-0002-2960-1200>.  
E-mail: profamariaisabel@ufam.edu.br **2**

## Introdução

O presente artigo intenciona mostrar a histórica luta das mulheres pela valorização de suas intelectualidades na literatura e para o não silenciamento de suas vozes na publicação de seus pensamentos por meio de estilos temáticos escritos e divulgados na sociedade. Seus anseios, por muito tempo, ficaram aprisionados nos “porões” de uma sociedade sexista.

Na construção desta abordagem, destaca-se a utilização de estudos bibliográficos que representam a possibilidade de verificar argumentos disponíveis sobre a luta feminina que contempla a história de muitas mulheres nos dias atuais. Desta forma, a sociedade, de modo geral, possui relatos históricos acerca das desigualdades sociais que afetaram e silenciaram, por muito tempo, pessoas marginalizadas socialmente por conta da raça, gênero, orientação sexual, etnia e tudo o que atingisse a moral e os bons costumes de cada época. Infelizmente, não percebiam ou não queriam perceber, o mal que faziam aos seus semelhantes ao negarem dignidade, liberdade ou simplesmente o direito de viver suas cidadanias.

Contra as desigualdades sociais, surgiram muitos movimentos que buscaram a liberdade de cada pessoa excluída por questões superficiais. Dentre eles, neste estudo, destaca-se o Movimento Feminista, o qual buscou trazer para o mundo a questão dos direitos das mulheres desde o final do século XVIII.

A escritora indiana Gayatri Chakravorty Spivak (2010) desenvolveu um estudo acerca da subalternidade de outrem e discorreu sobre a questão de que outros assumam essa posição de representatividade com a voz de quem está impedido de falar, seja por ignorância dos fatos, força política ou social que os reprimem de manifestar-se em sua própria causa. Almeida (2010, p. 14) acrescenta que, “Segundo Spivak, a tarefa de um intelectual pós-colonial deve ser a de criar espaços por meio dos quais o sujeito subalterno possa falar, para que, quando ele ou ela o faça, possa ser ouvido(a)”.

Essa sugestão é um grande desafio, tendo em vista que os detentores do poder oprimem os desprovidos de força e segurança, a fim de fragilizar e silenciar suas vozes, uma vez que o objetivo do sistema é mantê-los subalternos. Como argumentou Almeida (2010), os espaços para o subalterno falar devem ser criados para que se possa combater toda forma de opressão e submissão existentes no sistema social vigente, mas que o discurso seja proferido por quem é marginalizado na sociedade.

Nesse contexto, a mulher encontra-se mais vulnerável do que o homem apenas por questão de gênero, conforme assegura Spivak (2010, p. 126): “O subalterno não pode falar. Não há valor algum atribuído à ‘mulher’ como um item respeitoso nas listas de prioridades globais”. Assim sendo, cabe à mulher lutar e se fazer ouvir em todas as instâncias a que tem direito, isso porque quem sabe de suas dificuldades e dores é quem passa por elas, pois nem todos que são levados a representá-las argumentam com sentida dor de quem sofreu. É necessária a identificação com a causa do outro e a busca por igualdade de direitos. De acordo com Spivak (2010, p. 85):

A questão da “mulher” parece ser a mais problemática nesse contexto. Evidentemente, se você é pobre, negra e mulher, está envolvida de três maneiras. Se, no entanto, essa formulação é deslocada do contexto do Primeiro Mundo para o contexto pós-colonial (que não é idêntico ao do Terceiro Mundo), a condição de ser “negra” ou “de cor” perde o significado persuasivo.

A autora salienta a questão de a mulher ser categorizada em pobre, negra e mulher. Mas adianta que no contexto pós-colonial a cor não interfere, mas sim a classe (pobre). De uma forma ou de outra, há a marginalização citada por Spivak (2010) em vários pontos de sua obra, assim como há também a denúncia de que a mulher é colocada em situação de subalternidade porque o sistema naturalizou dessa forma, porém que as mesmas podem e devem rebelar-se

contra essas correntes impositivas de quem está segurando as chaves das correntes nas mãos.

Assim, neste momento do estudo, faz-se importante entender um pouco mais sobre as Revoluções Feministas que surgiram após a Revolução Francesa e chegaram ao Brasil trazendo reflexos significativos para a evolução do pensamento feminino na Literatura brasileira.

## As revoluções feministas

Feminismo, de acordo com Neves (2019), é “o movimento social que luta contra a violência de gênero e pela igualdade de direito e de condições das mulheres na sociedade”. Esse foi o desejo de milhares de mulheres que se juntaram em prol de um único objetivo: serem valorizadas como seres pensantes e atuantes na sociedade.

Neves (2019) enfatiza a importância da luta do movimento social feminista, uma vez que as mulheres vieram de uma esmagadora opressão machista de vários séculos, passando de geração para geração. Isso fez com que, para muitas pessoas, o feminismo soasse como algo oposto ao machismo, o que não é verídico, uma vez que o feminismo busca a equidade entre pessoas com suas identidades sendo respeitadas, enquanto o machismo propaga a agressão, discurso de ódio, opressão, ou seja, conceitos muito distintos.

Ao falar em Revolução feminista, vale ressaltar que ela foi dividida em três fases, conforme destaca Alves (2018): “[...] a primeira ocorreu no fim do século XIX e início do século XX; a segunda nas décadas de 1960 e 1970; a terceira teve início na década de 1990 e permanece até a atualidade”. Como destacou Alves (2018), são fases de lutas em busca de que olhares se voltassem para aquelas que estiveram deverasmente marginalizadas pelo sistema, em que as mulheres necessitavam mobilizar-se para quebrar preconceitos e ideologias machistas arraigados por séculos na cultura de sociedades sexistas.

A Primeira Onda Feminista ocorreu após a Revolução Industrial e eclodiu na Inglaterra, onde as mulheres obtiveram conquistas significativas em espaços que antes eram destinados apenas aos homens, como na diretorias de grandes empresas, por exemplo. Porém, os direitos políticos da mulher ainda estavam cerceados e o sufrágio<sup>1</sup> foi mais uma conquista desse movimento.

Alves (2018) aponta que a luta feminina foi radical a ponto de uma militante ter que sacrificar a própria vida para que suas conterrâneas pudessem ter o direito de votar em uma eleição, apenas os homens gozavam da prerrogativa de escolher os representantes de todos e todas. É importante enfatizar o quanto o Brasil demorou para que fosse atribuído o direito de escolha de governantes às mulheres também.

Observa-se que nesta primeira onda, as mulheres conquistaram espaços valiosos para o levantar de suas vozes. E não param por aí as lutas que as feministas travaram com o sistema, organizaram-se, em seguida, em uma Segunda Onda Feminista, a qual propiciou amplitude muito maior do que a primeira, isso porque outras pessoas ficaram sensíveis às causas feministas e o movimento agigantou-se à medida que as mulheres falavam e eram ouvidas também.

Desta forma, as mulheres passaram a exigir muito mais do que na Primeira Onda. De acordo com Alves (2018), elas começaram a lutar também por questões referentes à “autonomia de seu corpo como, por exemplo, direito ao aborto, ao uso de métodos contraceptivos, punição para casos de agressões sexuais e violência de toda ordem física e psicológica, equidade de gênero e liberdade sexual”. Conforme salientado por Alves (2018), a mulher necessitava de muito mais liberdade para ser dona de si mesma e ter suas opções respeitadas. Porém, para muitas sociedades conservadoras de outrora e até mesmo atuais, esses assuntos ainda são polêmicos e exigem habilidade e argumentos precisos para serem garantidos espaços de fala e de escuta para todos e todas.

A partir do movimento feminista, a mulher passa a ter uma visão mais ampla de seus espaços usurpados, entretanto mesmo tendo o apoio das filósofas francesas com suas máximas aguerridas, a maioria destas e outras defensoras das causas das mulheres eram brancas. A necessidade de equilíbrio representativo propiciou o surgimento do movimento feminista negro, o qual reuniu também outras minorias na luta das mulheres por seus espaços outrora

---

1 Direito a exercer o ato político do voto cidadão.

negados. Muita resistência, até mesmo no período atual, ainda persiste, luta pelos que são marginalizados na sociedade.

A Terceira Onda Feminista surgiu marcada pela luta da mulher contra a violência sofrida simplesmente pelo fato de ser mulher. Alves (2018) põe em xeque questões como o machismo intrínseco na sociedade que perpetua a violência contra as minorias diariamente vitimadas. A este respeito, salienta-se que a Terceira Onda evidencia questões de diferença de gênero e a necessidade de aceitação e respeito.

Todas as conquistas das mulheres através da militância e resistência devem ser celebradas, porém o sexismo continua impregnado na sociedade e a luta deve ser contínua para superar pensamentos e comportamentos violentos e opressores com maestria e rigor. Direitos conquistados como a lei 11.340, assegurada após Maria da Penha quase perder a vida pela violência sofrida por seu cônjuge, é um retrato triste, mas vitorioso na luta contra a violência e punição dos agressores.

Com esse breve recorte histórico sobre as Revoluções Feministas, visto de uma forma geral, elencamos para este estudo algumas das conquistas femininas adquiridas por meio da organização em prol do bem comum: a liberdade para serem mulheres, como quiserem ser, e não como a sociedade diz que deve ser. Desta forma, enfatiza-se a mulher brasileira que lutou por seu espaço de fala na sociedade.

## **A mulher brasileira fazendo história**

A mulher, historicamente, vem buscando seu espaço que lhe foi negligenciado por ideologias machistas e preconceituosas que deturpavam os fatos e as faziam acreditar estarem realizando o certo. Muraro (1985, p. 9) acrescenta que “a mulher, a quem nos primeiros tempos estavam reservados o gozo e a fruição, foi castrada sob o capitalismo. Até o tempo de Freud e Helene Deutsch, a boa mulher, a mulher virtuosa, era a mulher frígida e masoquista”. Isto porque o recinto masculino era intocável para aquelas que, segundo a sociedade da época, nascera para ser a “rainha do lar”.

Desta forma, a mulher brasileira buscou protagonizar a revolução que a tornaria visível aos olhos da sociedade patriarcal do século XX. Conforme Del Priore (2009, p. 669):

No século XX elas ganham visibilidade por meio de livros e manifestos de sua própria autoria, da mídia cada vez mais presente, dos sindicatos e movimentos sociais dos quais participam, das revistas que lhes são diretamente dirigidas, dos números com que são recenseados.

Mas para que essas mulheres chegassem a esse patamar de conquistas, muitas pioneiras tiveram que aparecer em séculos anteriores. Estas que surgiram para lutar por direitos atribuídos somente aos homens, os quais Lygia Fagundes Telles (2009, p. 669) denominava “Primeiro Sexo”. No século XIX, as mulheres aparecem em público, saindo da esfera do lar e surgindo em cafés, bailes, teatros e outros acontecimentos da vida social, porém sempre monitoradas por maridos ou seus pais. Tinham que aprender a “comportar-se em público, a conviver de maneira educada” (D’INCAO, 2009, p. 228).

Conforme D’Incao (2009), em seu artigo denominado *Mulher e família burguesa*, pôde-se observar que a mulher estava galgando outros espaços: “As salas abriam-se frequentemente para reuniões mais fechadas ou saraus, em que se liam trechos de poesias e romances em voz alta, ou uma voz acompanhava os sons do piano ou harpa” (D’INCAO, 2009, p. 228). Assim, a mulher inicia o processo de eclosão do casulo doméstico que a aprisionou por tanto tempo e começa a mostrar seus talentos para o público da sociedade burguesa do século XIX. Com isso, lhe é atribuída uma nova função social, pois as mulheres casadas eram as responsáveis por zelar pela boa imagem e reputação de seus maridos. Como podemos confirmar no fragmento abaixo:

Mulheres casadas ganhavam uma nova função: contribuir para projeto social familiar de mobilidade social através de sua postura nos salões como anfitriãs e na vida cotidiana, em geral, como esposas modelares e boas mães [...] Num certo sentido, os homens eram bastante dependentes da imagem de que suas mulheres pudessem traduzir para o restante das pessoas de seu grupo de convívio. Em outras palavras, significavam um capital simbólico importante, embora a autoridade familiar se mantivesse em mãos masculinas, do pai ou do marido. Esposas, tias, filhas, irmãs, sobrinhas (e serviçais) cuidavam da imagem do homem público aparentemente autônomo, envolto em questões de política e economia, estava na verdade rodeado por um conjunto de mulheres das quais esperava que o ajudassem a manter sua posição social (D'INCAO, 2009, p. 229-230).

Desta forma, apesar de maior circulação na sociedade, a mulher deveria ser um exemplo de ética e representar a moral e bons costumes da época. Na realidade, era mais uma corrente imposta às mulheres daquele período que tinham um fardo para manter. Tal fardo é a moldura que enquadra suas vontades, ações, desejos, emoções. As mulheres “serviam” para demonstrar o quanto os homens dominavam seu território sexista. Porém, com o passar do tempo, começaram a sair de suas casas e, com isso, iniciam-se como ótimas leitoras e ouvintes.

Isto porque, nas obras que lhes permitiam ler, o casamento sempre foi visto e imposto como a melhor ou a única opção. Conforme D'Incao (2009) criava-se a imagem de que a mulher era um ser frágil e que deveria ser protegida por uma figura masculina. Muitos autores<sup>2</sup> desse período recorriam a essa narrativa para que suas obras fossem aceitas em meio à sociedade, com isso, lucravam bastante.

Ressalte-se, porém, que “apenas 27.776 pessoas na província, de um total de 202.222 habitantes eram alfabetizadas, dessas, pouco mais de 10.000 eram mulheres” (FALCI, 2009, p. 251). A autora não define a província, mas cita Maranhão e Ceará em seu artigo que retrata a preferência dada aos homens no que concerne à cultura letrada. Percebe-se que a mulher que dominava a leitura e escrita era aquela que vinha quebrar os tabus de sua época.

Assim, mesmo tendo posses, as mulheres não podiam aprender a ler, por proibição familiar ou pela ideologia dominante difundida de que elas não precisavam desse conhecimento. A educação diferenciada causava inúmeros contratemplos e a mantinha dependente do homem, mesmo quando assumia os cuidados dos bens da família por herança. Falci (2009, p. 251), em seu artigo intitulado *Mulheres do sertão nordestino*, mostra que mulheres com grandes dotes eram iletradas e dependiam do serviço de outrem para tudo que fosse referente à leitura e escrita. Isso ocorria com a mulher brasileira do século XIX quando seus estudos eram limitados se comparados aos oferecidos ao homem. Neste período, “a mulher de elite, mesmo com certo grau de instrução, estava restrita à esfera do espaço privado, pois a ela não se destinava o espaço da esfera pública, do mundo econômico, político, social e cultural” (FALCI, 2009, p. 251).

A esfera política pertencia ao homem que “sabia fazer negócios”, conhecia a economia e havia lido muitas obras que versavam sobre isso. Mesmo assim, as mulheres dos séculos anteriores ao XX revelaram-se fortes, destemidas, vanguardistas da grande revolução feminista que viria posteriormente. Assim sendo,

Mulheres ricas, mulheres pobres; cultas e analfabetas; mulheres livres ou escravas do sertão. Não importa a categoria social: o feminino ultrapassa a barreira das classes. Ao nascerem, são chamadas ‘mininu fêmea’. A elas certos

<sup>2</sup> Um exemplo de escritor com essas características é Joaquim Manuel de Macedo, autor de *A Moreninha* (1844) que vislumbra o amor prometido e destinado entre dois jovens da sociedade burguesa da época. Leitura corriqueira e comum para este período.

comportamentos, posturas e até pensamentos foram impostos, mas também vieram o seu tempo e o carregaram dentro delas (FALCI, 2009, p. 241).

A autora revela que as mulheres que estiveram tão marginalizadas por tudo que faziam, agora começam a ultrapassar as classes impostas pela sociedade, sendo aguerridas, mostraram-se tão inteligentes quanto os homens, femininas, perspicazes nos negócios e começaram a ajudar também na renda familiar. Contudo, isso não foi visto com bons olhos e o poder masculino julgou a capacidade criativa da mulher.

Isso também ocorreu na esfera da política, não eram consideradas “cidadãs políticas” (FALCI, 2009, p. 251), não deveriam intrometer-se nos negócios da esfera masculina. Não eram bem vistas aquelas que adentravam o “espaço masculino”, porque a guerra, as revoltas e as questões políticas eram destinadas exclusivamente ao convívio dos homens. Norma Telles (2009b, p. 407), em seu artigo *Escritoras, escritas, escrituras*, diz que “as interpretações literárias das ações das mulheres armadas, em geral, denunciam a incapacidade feminina para a luta física ou mental, donde concluem que as mulheres são incapazes para a política”, os homens acreditavam que eram meros caprichos de meninas burguesas querendo um entretenimento. A este respeito, Falci (2009, p. 251) afirma que

As mulheres de classe mais abastada não tinham muitas atividades fora do lar. Eram treinadas para desempenhar o papel de mãe e as chamadas ‘prendas domésticas’ – orientar os filhos, fazer ou mandar fazer a cozinha, costurar e bordar. Outras, menos afortunadas, viúvas ou de uma elite empobrecida, faziam doces por encomenda, arranjos de flores, bordados a crivo, davam aulas de piano e solfejo, e assim puderam ajudar no sustento e na educação da numerosa prole. Entretanto essas atividades, além de não serem muito bem-vistas socialmente. Tornavam-se facilmente alvo da maledicência por parte de homens e mulheres que acusavam a incapacidade do homem da casa, ou observavam sua decadência econômica. Por isso, muitas vendiam o produto de suas atividades através de outras pessoas por não querer aparecer. Na época, era voz comum que a mulher não precisava, e não deveria, ganhar dinheiro.

Esse contexto supracitado por Falci (2009) foi um dos entraves para a inserção da mulher no campo da literatura como autora e não mais objeto (personagem retratado ao gosto vigente da sociedade patriarcal). A luta dessas mulheres para mostrarem que eram tão competentes quanto os homens nos estudos, para aprenderem um ofício, administrarem negócios, ajudarem na renda doméstica, foi difícil, principalmente porque além da conquista por um espaço, precisavam adequar-se ao padrão do que era considerado feminino, sendo detentoras de sensualidade para despertar os desejos sexuais do outro (conforme a concessão da sociedade patriarcal). Desta forma, a mulher seguiu sua luta para ter o direito de ir além do ato de escrever, mas também publicar e divulgar seus escritos para a sociedade.

### **A luta da mulher escritora por seu espaço**

Foram muitas as escritoras que vieram romper com o silêncio outrora imposto a todas aquelas que foram emudecidas por um sistema que não permitia a evolução das mulheres em qualquer área que ousasse sair do recanto “sagrado do lar”, lugar onde foram introduzidas por séculos e conduzidas a assumirem a postura de mulher recatada e do lar como natural e única a que podiam usufruir. Em relação ao desejo da mulher de escrever sobre si mesma, Norma Telles (2009b, p. 403) expõe:

Tal qual um Deus Pai que criou o mundo e nomeou as coisas, o artista torna-se o progenitor e procriador de seu texto. À mulher é negada a autonomia, a subjetividade necessária à criação. O que lhe cabe é a encarnação mítica dos extremos de alteridade, do misterioso e intransigente outro, confrontado com veneração e temor. O que lhe cabe é uma vida de sacrifícios e servidão, uma vida sem história própria. Demônio ou bruxa, anjo ou fada, ela é mediadora entre o artista e o desconhecido, instruindo-o em degradação ou exalando pureza. É musa ou criatura, nunca criadora.

Conforme constatar-se, a mulher é sempre abnegada do ato de criar, mas mesmo assim desafia a sociedade patriarcal e começa a escrever sobre tudo que vê como o seu direito. Desse modo, passa de criatura a criadora de sua própria história, porém a ideologia machista e opressora que ainda afeta mulheres do mundo inteiro insiste em menosprezá-las. De acordo com Muszkat (1985, p. 13):

Mulheres de todos os “tipos”, tendo reconhecido a desigualdade de suas condições na cultura, se dispuseram, conscientemente, a lançar-se numa luta de liberação psicológica e social, questionando padrões antigos. O surgimento e uma espécie de irmandade estimula um número cada vez maior de mulheres a saírem em busca de novas maneiras de se conduzir existencialmente.

Isso que Muszkat (1985) preconiza em seus escritos é a base da revolução feminista que lutou, com todas as suas forças, para que as mulheres fossem ouvidas de alguma forma, todos os “tipos” de mulheres, como realça a autora, as quais desejavam ardentemente a sua libertação e de todas as outras que nem sabiam que eram presas por este sistema sexista. Mesmo com todo o sistema machista ao seu redor, ditando regras de um modo geral e delimitando o espaço feminino, a mulher lutou para ser criadora de si mesma, de suas vontades e desejos reprimidos. Assim, inicia a sua escrita no século XVIII, conforme Telles (2009b, p. 403) confirma:

[...] foi a partir dessa época que um grande número de mulheres começou a escrever e publicar, tanto na Europa quanto nas Américas. Tiveram primeiro de aceder à palavra escrita, difícil numa época em que se valorizava a erudição, mas lhes era negada educação superior, ou mesmo qualquer educação a não ser a das prendas domésticas; tiveram de ler o que sobre elas se escreveu, tanto nos romances quanto nos livros de moral, etiqueta ou catecismo. A seguir, de um modo ou de outro, tiveram de rever o que se dizia e rever a própria realização. Tudo isso tornava difícil a formulação do eu, necessária e anterior à expressão ficcional.

A mulher revela-se escritora, mostra a ótica feminina também em suas obras. Com isso, surgem manifestos femininos que, após a independência do Brasil, apoiaram não só a emancipação política do país, mas a inclusão das mulheres nos direitos que lhes foram usurpados desde sempre. Percebe-se que as brasileiras utilizaram as ideias difundidas na Europa

do século XVIII “sobre a posição da mulher na sociedade e suas reivindicações de igualdade” (TELLES, 2009b, p. 405). No Brasil, a escritora inglesa Mary Wollstonecraft teve suas ideias também difundidas por Nísia Floresta. Conforme Telles (2009b, p. 405):

Um desses livros, o da escritora inglesa Mary Wollstonecraft (1759-1797), ‘Vindications for the rights of woman’<sup>3</sup>, de 1792, foi traduzido livremente, a partir da versão francesa por Nísia Floresta e publicado em 1832. Teve mais duas edições, uma em Porto Alegre em 1833 e uma terceira no Rio de Janeiro pela Casa do Livro Azul, que anunciava na imprensa a venda por 500 réis em 1839.

Desta forma, revelam-se escritoras brasileiras como “Nísia Floresta Brasileira Augusta, pseudônimo adotado por Dionísia de Farias Rocha, nascida num pequeno sítio de propriedade dos pais em Papari no Rio Grande do Norte, localidade que hoje recebeu seu nome” (TELLES, 2009b, p. 405), bem como Maria Firmina dos Reis (1825-1917), Maria Benedita Camara Bormann (1853-1895) e Júlia Lopes de Almeida (1862-1934), que escreveram sobre temáticas diversas que envolviam a escravidão, o feminismo da época e seus anseios.

Essas vozes femininas, segundo Zolin (2003, p. 165), “romperam o silêncio e publicaram textos de alto valor literário, denunciadores da opressão sofrida mulher, embora a crítica não os tenha reconhecido na época”. Isso demonstra que eram desbravadoras em busca de seus sonhos, abriram espaços para outras que viriam posteriormente. Falci (2009, p. 253) acrescenta que “Outras mulheres, contrariando as expectativas sociais, tornaram-se poetisas”.

Dentre essas, pode-se citar Narcisa Amália dos Campos (1852-1924), Cora Coralina (1889-1985), Gilka Machado (1893-1980), Cecília Meireles (1901-1964), Violeta Branca (1915-2000), poetisas pioneiras na arte da escrita literária brasileira, escrita feita por aquelas que lutaram pela valorização feminina em uma sociedade excludente e machista.

Outra importante conquista a ser mencionada foi a participação feminina na Academia Brasileira de Letras<sup>4</sup> (ABL). Destaca-se aqui o estudo feito por Michele Asmar Fanini (2011-2014, mas publicado em obra no ano de 2017), bem como a obra organizada por Maria Regina Barcelos Bettiol (2018), que fala sobre a trajetória das mulheres na ABL. Fanini (2017) narra o preconceito imensurável da maioria dos homens que a compunha para a indicação de uma das maiores escritoras do primeiro período da República: Júlia Lopes de Almeida (1862-1934), a uma cadeira da “Casa de Machado de Assis” (BETTIOL, 2018).

Reforçando a exclusão sofrida por Júlia Lopes de Almeida, Pompermaier (2017) aponta que, até meados dos anos 80 do século XX, a ausência de mulheres na ABL era total. Com essa “mancha” em sua história, começa a galgar passos rumo ao que se prolongaria por 80 anos, sem mulheres compondo as cadeiras dos imortais. Isto porque, os ilustres senhores seguiram os passos da Academia de Letras Francesa, a qual possuía quarenta lugares seletos para os homens das letras que se tornariam inesquecíveis na história escrita.

Sobre esta questão, Bettiol (2018, p. 13-14) diz que a ABL “[...] foi um espaço cultural predominantemente masculino, destinado aos ‘brasileiros machos’ e fechado à participação feminina, ainda que escritores como Machado de Assis não cansasse de louvar os grandes talentos femininos das nossas Letras”. A autora reforça que os imortais consideravam a intelectualidade masculina superior à feminina e que a palavra “brasileiro”, marcadamente no masculino, não era genérica, mas exclusiva para os homens, não cabendo aí um espaço para a escrita feminina.

Mas as mulheres não se deixaram intimidar e tiveram aquelas que se candidataram, persistiram por uma vaga entre os imortais. Destas desbravadoras mulheres destemidas destaca-se o nome de Amélia Freitas Beviláqua que, em 1930, teve seu nome negado e entrou para

3 Reivindicações pelos direitos da mulher.

4 Fundada em 20 de julho de 1897 na cidade do Rio de Janeiro.

história por sua bravura e destemor em frente a tanto preconceito.

Sobre esta questão, Fanini (2017) diz que “Esta reprodução, com suas arbitrariedades, pode ser pensada como uma forma de deslegitimação. Quando a ABL foi criada, a carreira de escritor começava a ganhar os contornos de profissão, no sentido estrito do termo”. Seria muito difícil uma mulher adentrar em um órgão público sendo que o que lhe era permitido estava no privado, mais especificamente, no lar. Escrever, publicar e ser aceita em meio a tantos homens das letras era algo inaceitável para a sociedade da época.

No entanto, estamos nos referindo a uma época em que as mulheres eram vistas como essencialmente inferiores aos homens, tidas como pouco afeitas às atividades intelectuais. Uma agremiação voltada para o cultivo das letras e para a consagração literária significava, portanto, um ambiente exclusivamente masculino, capaz de lograr a seus fundadores uma posição hegemônica no ainda incipiente campo literário brasileiro (FANINI, 2017).

Fanini (2017) expõe acerca desta fragilidade da época a qual as mulheres ficaram à margem do processo, lutando para conseguir fazer parte do grupo dos homens das letras no Brasil e sendo discriminadas como “pouco afeitas às atividades intelectuais”. Isso tudo para inibi-las de buscarem seu espaço no reconhecimento de seus escritos. Em 1977, os imortais acolhem Rachel de Queiroz, por seu talento, para ocupar a cadeira n. 5, o que marcará definitivamente a história da ABL como sendo a primeira mulher brasileira a fazer parte da “Casa de Machado de Assis” (BETTIOL, 2018, p. 14). Este feito é o que Bettiol (2018) argumenta a favor da Instituição, dizendo que a mesma esteve “atenta às transformações sociais e culturais [...] reconheceu a crescente importância da contribuição feminina às Letras” (BETTIOL, 2018, p. 14). Logo depois, vão segui-la outras imortais, poucas, comparado aos anos que a ABL possui. Desta forma, destacam-se as autoras:

Dinah Silveira de Queiroz ocupou a cadeira n. 7 (1981) e Zélia Gattai, a de n. 23 (2002). As atuais ocupantes são: Lygia Fagundes Telles, cadeira n. 16 (1987); Nélida Piñon, cadeira n. 30 (1990); Ana Maria Machado, cadeira n. 1 (2003); Cleonice Berardinelli, cadeira n. 8 (2010) e Rosiska Darcy de Oliveira, cadeira n. 10 (2013) (BETTIOL, 2018, p.14).

Todas essas mulheres demonstraram o que Rachel de Queiroz declarou em sua entrada na ABL, ao dizer que havia ingressado para a Instituição “não simplesmente pelo fato de ser mulher, mas por ser escritora e pela qualidade estética de sua obra” (BETTIOL, 2018, p. 14). Esta declaração proferida pela escritora desagradou o movimento feminista, o qual não concordou com a fala da autora. Bettiol (2018) acrescenta que “o critério de que o mérito intelectual deve prevalecer sobre o de gênero foi determinante para afirmação da presença feminina na Academia Brasileira de Letras e na sociedade brasileira de maneira geral”. Isto porque comprova que a mulher é tão capaz quanto o homem de fazer escritos de excelência estética, linguística e tudo o mais que pode compor uma obra, como ilustra Bettiol (2018, p. 14) quando diz:

Ao lermos a biografia das nossas escritoras, tomamos conhecimento de que, quando eleitas, já tinham expressiva trajetória intelectual, prêmios nacionais e internacionais, toda uma vida dedicada à literatura. Algumas das nossas

escritoras conheceram, inclusive, as agruras do exílio, mas permaneceram fiéis intelectualmente ao nosso país, celebrando a literatura e a cultura brasileiras no exterior. Portanto, são todas filhas legítimas do Brasil, do livro e da imaginação, todas merecedoras das cadeiras que ocupam e honram com tanta distinção, todas dignas da consagração acadêmica que tiveram.

Com base nas palavras de Bettiol (2018), constata-se a qualidade intelectual daquelas que conseguiram entrar para o grupo seleto dos homens intelectuais da sociedade brasileira, mas que agora passaram a ter ao seu lado, em convivência fraterna, mulheres de igual ou superior intelectualidade, comparada a muitos deles. Bettiol (2018, p. 14-15) ainda acrescenta que:

O ano de 1996 foi decisivo para a consolidação da presença feminina na Casa de Machado de Assis. Neste ano, a acadêmica Nélida Piñon tornou-se a primeira mulher, em cem anos, a presidir a Academia Brasileira de Letras. Em 2011, foi a vez da acadêmica Ana Maria Machado presidir a instituição, demonstrando que, mesmo em minoria, as mulheres chegaram para ocupar os lugares de saber e poder como forma de aperfeiçoamento da democracia.

Em fraterno convívio com seus pares masculinos, no compromisso diário firmado com a história da instituição e com seu papel dentro da nossa sociedade, essas escritoras testemunham, pelo seu trabalho, com a palavra escrita, a independência crítica, porém, mais do que isso, a independência crítica da Literatura Brasileira tão discutida por Machado de Assis. A admissão dessas talentosas escritoras é a prova cabal da nossa maturidade literária, de que a tradição sobrevive pela inovação, a qual essas mulheres brilhantemente souberam trazer para a ABL.

O maior objetivo do Movimento Feminista é a equidade entre pessoas, o que vem acontecendo dentro da ABL são avanços rumo a este caminho. Apesar de serem poucas mulheres a fazerem parte desta Instituição e apenas duas presidentas em meio a tantos homens que já presidiram<sup>5</sup> a mesma Casa, ainda assim, podemos destacar como vitória do Movimento Feminista, o qual espalhou, pelo mundo inteiro, ideias que buscam o respeito pela identidade, cultura, intelectualidade e espaço do outro. Nélida Cuiñas Piñon, em seu discurso de posse, proferiu as seguintes palavras:

Vivemos, nesta Casa, sob o regime da memória. Uma memória que não se deixa abater pelas tentações do esquecimento, não se curva ao comando de que é necessário apagar as lembranças inaugurais a pretexto de erigir discursos triunfalistas, impregnados de inovações transitórias. Não cede à lenta erosão dos dias. Recordar é, para nós, o atributo da sobrevivência moral, sobretudo em face de uma sociedade em ebulição, sob o risco de dispensar registros, emblemas, galardões civilizatórios. Por força desta irrepreensível vocação para memorizar o mundo, a trajetória da Academia Brasileira de Letras confunde-se com a História do Brasil. Onde encontra-se esta Casa, o Brasil está sempre presente (PIÑON, 1996).

---

5 Já presidiram a ABL cinquenta presidentes do sexo masculino desde 1897 até 2020.

Em seu discurso, Piñon (1996) esmera-se em não deixar esquecer quem fez história, enfatiza não deixar apagar o que ocorreu na inauguração da ABL, remontando ao “vazio institucional” argumentado por Fanini (2017), a respeito da exclusão de Júlia Lopes de Almeida como imortal. Acrescenta ainda, que o ato de recordar é sobreviver, ou seja, a recordação de quem desbravou e foi injustiçado é ato de resistência, pois a história do Brasil confunde-se com a história da própria ABL, quando esta se mantinha fechada para as mulheres, excluindo muitas intelectuais simplesmente por serem mulheres. O outro discurso de posse da ABL que merece destaque é o de Ana Maria Machado, a qual diz:

Voltados para o futuro e para esses territórios urbanos de incipiente recuperação para a cidadania neste momento, tentaremos compartilhar com eles a alegria das descobertas da leitura e o tesouro da literatura e da língua que nos vieram como herança, dando especial atenção a projetos de formação de novos leitores e apoio a espaços onde se incentive o acesso à cultura e à literatura nacional. Da mesma forma, continuaremos a estimular que ela seja bem estudada nas universidades brasileiras e estrangeiras, convencidos de que nestes tempos em que o mundo olha o Brasil com mais atenção, a literatura por nós criada e nosso pensamento crítico podem ser marcas pelas quais merecemos ser conhecidos. Devemos mostrar que temos protótipos culturais a oferecer ao mundo, algo muito mais fundo e significativo do que os estereótipos rasteiros que tantas vezes têm caracterizado alguns apressados olhares distantes (MACHADO, 2011).

A fala em discurso de Machado (2011) remonta ao ensino nas Universidades, mas não é qualquer ensino, antes de tudo é a valorização de nossa cultura brasileira transportada para as obras literárias. Desta forma, vem à tona situações gritantes das minorias marginalizadas e, dentre essas, a propagação da literatura escrita por mulheres. A autora diz para fugirmos de estereótipos culturais que, muitas vezes, são perpetuados dentro e fora do Brasil em leituras feitas sob um único prisma. É necessário ver outros olhares que também sabem e podem transpor para o papel seus talentos na palavra escrita.

Ana Maria Machado, em 2017, na comemoração dos 120 anos da ABL, incentivou a reparação a alguns autores que não foram escolhidos para serem imortais principalmente por motivos preconceituosos, a exemplo, Júlia Lopes de Almeida, Lima Barreto e Clarice Lispector. Fanini (2017) destaca essa retratação da ABL.

Esta observação é válida também para muitos outros grandes artistas da Literatura nacional que não chegaram a fazer parte do maior reconhecimento intelectual do país em vida, importante ressaltar que dentro da ABL houve, por muito tempo, um processo de forte silenciamento das minorias e a hierarquização do machismo dominante.

### **Algumas considerações**

A mulher lutou e luta por seu direito de voz diante da sociedade em que vive. Porém, ainda há muito o que vencer para progredir diante dos obstáculos oriundos de muitos séculos de repressão. Mesmo sendo maioria no contexto brasileiro, ainda são poucas as mulheres que alcançam sucesso na literatura. Dessa forma, é necessário que se propague ainda mais a força, os feitos e a capacidade feminina, incentivando e empoderando-as ao engajamento na luta.

A história mostra uma sociedade configurada sob o ponto de vista patriarcal, ou seja, a mulher brasileira foi educada, por longo período histórico, para ocupar lugares/espaços reduzidos ao lar e aos cuidados domésticos, sendo o universo literário um local de privilégio a algumas. As mulheres, para ganharem direito aos espaços literários, assim como a outros

espaços sociais, lutaram e continuam lutando para serem respeitadas. Porém, suas presenças são pouco valorizadas nos âmbitos literários, basta observarmos as indicações e referências de leitura nos projetos Curriculares de Cursos Superiores para notarmos que prevalecem as autorias masculinas nas literaturas indicadas.

A literatura de autoria feminina foi e é marcada por tradições seculares de preconceito que devem ser desconstruídas em todos os âmbitos sociais. Para garantir o acesso e divulgação de literaturas de autoria feminina no contexto brasileiro, as instituições educacionais básicas e de ensino superior precisam inserir em seus currículos e acervos as vozes femininas. Desse modo, seria possível construir caminhos que apontem para a valorização das mulheres e de seus escritos.

Apesar de as mulheres conquistarem muitos espaços e buscarem mantê-los, ainda há muitos outros a serem vencidos. Um desses campos de batalha que há décadas lutam para conquistar é o de lecionar e ocupar cargos de gestão em universidades públicas e particulares, em cursos masculinizados pela elite social, bem como em cursos tidos como específicos às mulheres por conta do magistério e sua feminilização. Ressalta-se, mais uma vez, sua presença em universidades, tendo em vista que sua ocupação se limitava à alfabetização básica.

Independente desta questão, o que se discute neste estudo é a literatura de autoria feminina como forma de resistência aos processos de subalternidade aos quais as mulheres foram colocadas no decorrer da história, de modo a trazer à tona suas representatividades na literatura.

Por fim, vale destacar que as mulheres lutaram e continuam lutando por seu espaço, sua voz nos mais diversos ambientes. Porém, sabe-se que não foi e nunca será fácil ir contra ideologias dominantes que ainda veem a mulher como inferior e subalterna do ponto de vista machista. Na literatura, as mulheres, por meio de suas representatividades e lutas, apontam para um caminho de resistência no qual suas vozes aparecem. Com isso, a literatura de autoria feminina tem aparecido na história como forma de mostrar as lutas na busca da valorização da mulher em todos os âmbitos sociais.

## Referências

ALMEIDA, Sandra Regina Goulart. Prefácio – Apresentando Spivak. In: **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. p. 7–18.

ALVES, Lorena Castro. O movimento Feminista – História, Resumo, Conquistas. **Revista Escola Educação**, 2018. Disponível em: <https://escolaeducacao.com.br/amp/movimento-feminista/>. Acesso em: 20 out. 2019.

BETTIOL, Maria Regina Barcelos. Introdução. In: BETTIOL, Maria Regina Barcelos; VELOSO, Maria Thereza (Orgs.). **Entre livros e discursos [recurso eletrônico: a trajetória das mulheres da Academia Brasileira de Letras]**. Frederico Westphalen - RS: URI, 2018. p. 13-15. Disponível em: <http://www.fw.uri.br/site/pagina/editora>. Acesso em: 18 jul. 2020.

DEL PRIORE, Mary. **História das Mulheres no Brasil**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2009. p. 223–240.

FALCI, Miridan Knox. Mulheres no sertão nordestino. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2009. p. 241–277.

FANINI, Michele Asmar. **A história da primeira mulher barrada pela Academia Brasileira de Letras** – folha de São Paulo. (publicado no dia 9 de setembro de 2017). Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2017/09/1916546-mulher-fundou-a-academia-brasileira-de-letras-mas-nao-fez-parte-dela.shtml>. Acesso em: 20 set. 2019.

MACHADO, Ana Maria. **Discurso de posse na presidência da ABL**. Discurso de posse na presidência da ABL, em 15 de dezembro de 2011. Disponível em: <http://www.academia.org.br/academicos/ana-maria-machado/discurso-de-posse>. Acesso em: 25 out. 2019.

MURARO, Rose Marie. Prefácio. In: SEABRA, Zelita; MUSZKAT, Malvina. **Identidade Feminina**. Rose Marie Muraro (prefácio). Petrópolis: Vozes, 1985. p. 7-10.

MUSZKAT, Malvina. A Mulher em Busca de sua Identidade (Introdução). In SEABRA, Zelita; MUSZKAT, Malvina. **Identidade Feminina**. Petrópolis: Vozes, 1985. p. 12-15.

NEVES, Daniel. O que é feminismo. **Revista Escola Educação**, 2019. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br>. Acesso em: 25 abr. 2021.

PIÑON, Nélida. **Discurso de posse na presidência da ABL**. Discurso de posse na presidência da ABL, em 3 de maio de 1990. Disponível em: <http://www.academia.org.br/academicos/nelida-pinon/discurso-de-posse>. Acesso em: 25 out. 2019.

POMPERMAIER, Paulo Henrique. Estamos ainda diante de um ambiente refratário à presença feminina. **Revista Cult**, 2017. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/estamos-ainda-diante-de-um-ambiente-refratario-a-presenca-feminina-diz-pesquisadora-sobre-abl/>. Acesso em: 18 jun. 2019.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Pode o subalterno falar? Tradução de Sandra Regina Goulart SZYMANSKI. **A entrevista na educação: a prática reflexiva**. 3. ed. Brasília: Liber Livro Editora, 2010.

TELLES, Lygia Fagundes. Mulher, mulheres. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2009a. p. 669-672.

TELLES, Norma. Escritoras, escritas, escrituras. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2009b. p. 401-442.

ZOLIN, Lúcia Osana. Crítica Feminista. In: BONNICI, Thomas; ZOLIN, Lúcia Ozana. **Teoria Literária: Abordagens históricas e tendências contemporâneas**. Maringá: Eduem, 2003. p. 161-182.

Recebido em 25 de abril de 2021.  
Aceito em 22 de setembro de 2021.